9.1 — A prova será de conhecimentos específicos, será prática com duração de 30 minutos por candidato, será pontuada de 0 a 20 valores e incidirá sobre o seguinte programa:

Marcação de roços para águas quentes e frias e esgotos;
Redes de abastecimento de águas;
Utilização específica de materiais plásticos recentemente introduzidos no mercado, como o PPR, polietileno e respectivos acessórios.

9.2 — A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

9.3 — A avaliação curricular destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso foi aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

9.4 — Os critérios de avaliação e classificação da avaliação curricular constam da 1.ª acta do júri, sendo facultada aos candidatos, desde que solicitada.

9.5 — O ordenamento final dos candidatos, pela aplicação dos métodos de selecção, será expresso na escala de 0 a 20 valores e resultará da aplicação da fórmula abaixo indicada, considerando-se excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores:

$$CF = \frac{PC + AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;
PC = prova de conhecimentos;
AC = avaliação curricular.

10 — Realização dos métodos de selecção — a data, a hora e o local da realização dos métodos serão marcados oportunamente, sendo os candidatos notificados dos mesmos através de ofício.

11 — Ao concurso são aplicáveis as regras dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-

A/98, de 30 de Dezembro, 238/99, de 25 de Junho, e 353-A/89, de 16 de Outubro.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 de Outubro de 2006. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Vicente*. 1000306874

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho da signatária de 26 de Setembro de 2006, foi concedida à funcionária Ana Helena Apolinário Marques renovação da licença sem vencimento por um ano, por igual período, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 6 de Outubro de 2006.

3 de Outubro de 2006. — A Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Pinhal Ruivo*. 3000217622

Aviso

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 3 de Outubro de 2006, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local, por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foi nomeada, por reclassificação e após comissão de serviço extraordinária, a seguinte funcionária:

Nome	Antes da reclassificação			Após reclassificação		
	Categoria	Escala	Índice	Categoria	Escala	Índice
Ana Maria da Silva Sancho	Assistente administrativo especialista.	1	269	Arquitecto de 2.ª classe ...	1	400

4 de Outubro de 2006. — A Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Pinhal Ruivo*. 3000217617

Aviso

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho da signatária de 3 de Outubro de 2006, foi autorizado o regresso antecipado da situação de licença sem vencimento pelo período de um ano, a qual teve início em 31 de Agosto de 2006, da funcionária Tânia Filipa Correia Coelho, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006.

4 de Outubro de 2006. — A Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Pinhal Ruivo*. 30002176624

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

Aviso n.º 43/2006/SPAP

Para os devidos efeitos se faz público que a cessação da comissão de serviço do director do Departamento Administrativo e Financeiro desta Câmara Municipal, com o técnico superior assessor principal do quadro desta Câmara Municipal José Manuel de Melo Gonçalves Afonso, publicada na *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, parte especial, de 6 de Outubro de 2006, foi a pedido do mesmo.

13 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*. 1000306820

Aviso n.º 44/2006/SPAP

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 13 de Outubro de 2006, foi celebrado contrato a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial (vinte horas semanais), com início em 16 de Outubro de 2006 e término em 31 de Julho de 2007, com Nuno Miguel Barbosa Ribeiro, com a remunera-

ção de € 589,02, correspondente a 57 % do escalão 1, índice 321, da categoria de técnico superior estagiário.

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*. 1000306819

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 6 de Outubro de 2006, se procedeu à nomeação da candidata Paula Cristina Pereira Bento, aprovada no concurso interno de ingresso para um lugar de técnico, da carreira de técnico (bacharelato em Gestão), cuja lista de classificação final, de 6 de Outubro de 2006, foi afixada nessa mesma data.

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 12 de Julho, o candidato tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação após a publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Outubro de 2006. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel Santos Baracho*. 1000306534

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Helena Cristina